

AMBIGÜIDADE? UM OLHAR SOBRE TEXTOS JORNALÍSTICOS

Izabel Christine Seara

1. INTRODUÇÃO

Quando iniciei este estudo tinha a impressão de que aquilo que lia em jornais e revistas parecia ser bastante completo e esclarecedor e que me bastava para entender o que ocorria. No entanto, ao analisar os textos para este trabalho, pude perceber o quanto era ludibriada pela mídia. Percebe-se que aquilo que não é óbvio é muito mais perigoso e manipulante, se é que se pode utilizar este termo. Uma manipulação que começa no escritório do empresário ou político, transita pelo discurso oficial, penetra na consciência das pessoas e termina na notícia de jornal.

Por mais que achemos a ambigüidade totalmente descrita através dos diversos estudos que se fazem sobre ela, vemos que cada vez mais nos embrenhamos por caminhos que transformaram em vários aquilo que pensávamos ser um. Vemos que muitos casos tratados como ambigüidade não o eram. Mesclava-se ambigüidade com vagueza, com duplo sentido, com indeterminação semântica, conceitos que se cruzam em algum ponto mas que se diferenciam em muitos outros. Esses diversos estudos tentam então clarear esses conceitos, mostrando os pontos em que se tocam e principalmente

em que divergem.

Antes de iniciarmos este trabalho, delimitaremos os conceitos de ambigüidade e vagueza, distinguindo também a ambigüidade sintática da referencial ou semântica. Pensamos que, em textos jornalísticos, o que comumente encontramos será a ambigüidade referencial e não a sintática, já que esta é constantemente evitada, por ser considerada erro lingüístico. Juntamente com a ambigüidade semântica ou referencial, trabalharemos os casos de duplo sentido, referentes à conjunção de significados relacionados a um único item lexical (os dois sentidos são válidos) e os casos de vagueza, referentes à incompletude das sentenças.

Pela dificuldade de definição do que seja ambigüidade e da ampliação que se tem de seu conceito, apresentamos alguns testes para diferenciar a ambigüidade da vagueza, e mostraremos em que o duplo sentido diverge da ambigüidade. Nossa análise se ateve ao tipo de ambigüidade presente em textos jornalísticos, tomando por base reportagens em geral (política, economia, polícia, relações internacionais, etc.) da revista *Veja*.

2. AMBIGÜIDADE?

Apesar de as pessoas em geral pensarem que o texto jornalístico é completo, este texto, muito pelo contrário, suprime informações. A supressão de informações se dá algumas vezes pelo espaço que é destinado ao fato e em outras porque relata o fato apenas de um ângulo, deixando de colocar os outros (SCHWARTZ, 1977); sempre podemos acrescentar uma informação a mais em uma sentença qualquer. Partindo-se desse ponto, pode-se perceber que aquilo que os teóricos apontam como sendo vagueza, pois deixa de dar precisão, completude, aparecerá muitas vezes

nestes textos. Mas qual o limite entre a incompletude necessária em qualquer informação e os espaços vazios deixados intencionalmente?

Na afirmação abaixo:

- (1) É tarefa dos meios de comunicação apurar e divulgar **todos** os fatos suspeitos a que tiverem acesso. (*Folha de São Paulo*-1º junho1997)

perguntamos: Será que os meios de comunicação apuram e divulgam TODOS os fatos suspeitos ou só aqueles que são merecedores de divulgação? Em primeiro lugar, o jornal só pode publicar aquilo que pode comprovar, sobretudo quando se trata de pessoas e interesses poderosos; ora, a maioria dos casos escusos, embora sabidos, não podem ser comprovados. Em segundo lugar, o fato suspeito não pode ser divulgado como tal e sim como certo. Em terceiro, o jornal trabalha com um conceito unívoco de verdade, tal como a verdade lógica, uma dicotomia verdadeiro/falso; o mundo político e jurídico trabalha com a verdade arbitral, resultado de um julgamento. O fato noticioso não tem apenas de ser, tem de se evidenciar verdadeiro. O jornalista sabe então que nem tudo é publicável. Assim o termo *todos* se referirá aos fatos suspeitos que forem considerados merecedores de divulgação. Isto será no mínimo vago, pois a incompletude (intencional ou não) está presente. Observando a frase abaixo:

- (2) A democratização do Brasil deu transparência a práticas escusas. (*Jornal do Brasil*-1ºjunho1997)

podemos ter inúmeras interpretações do que seja a democratização do Brasil. E o que são práticas escusas? Temos aí um termo novamente vago, que deixa entrever inúmeras interpretações:

qualquer crime é uma prática escusa; no entanto, em política, empregar o filho como assessor político também pode ser considerado prática escusa. Este tipo de locução traz à tona fatos que podem ou não ser comprometedores, significam ou não corrupção, mas, divulgados, veiculam a suspeita. Eventualmente, denúncias falsas servem para ocultar ou limitar a repercussão de delitos verdadeiros.

Filósofos, gramáticos, lingüistas se esforçam em colocar e resolver o problema da significação, pressupondo sempre a necessidade de univocidade de interpretação. Poderemos tratar alguns dos problemas de significação, através das relações entre o lingüístico e o extralingüístico que a ambigüidade coloca em jogo. Destas relações surge o problema da definição de ambigüidade, pois, se nos atermos somente ao aspecto lingüístico, teremos um tipo de ambigüidade; quando relacionamos o aspecto lingüístico ao extralingüístico, temos então uma diversidade de elementos que devem ser levados em conta para que se analise o termo como ambíguo ou não.

Em minha pesquisa sobre o tema ambigüidade, pude perceber a preocupação que existe em diferenciar a ambigüidade da vaguidade. A maior parte dos trabalhos tem como título estes dois termos. Talvez porque justamente se tenha confundido bastante ambigüidade com vagueza e a confusão se dê pela dificuldade de definição desses termos.

Em geral, achamos que a língua é, ou deveria ser, bastante explícita e clara; porém esse ideal de explicitude, de completude não existe. Mesmo quando se tenta deixar algo mais claro (o que tento fazer agora com a ambigüidade e a vaguidade) sempre se acaba encobrendo "zonas cuja nitidez fica comprometida" (FERREIRA, 1994), já que, ao tentar precisar, enfatizamos certos pontos, deixando outros de lado. E o maior problema destas delimitações é o que chamamos em fonética acústica de região *fuzzy*, aquela que não é branca, nem

preta, é cinza. Para solucionarmos o caso, temos de definir até que ponto consideraremos branco e a partir do qual consideraremos preto. É o que ocorre em Semântica: ela também não aceita a sobreposição ou a indefinição.

LEECH (1981), no entanto, diz que é um problema distinguir ambigüidade e vagueza. Estes dois fenômenos são similares em seus efeitos, mas totalmente diferentes na teoria. FUCHS (1986) também coloca essa dificuldade. Porém, não em casos extremos como a colisão de formas e um contínuo referencial, mas nos casos intermediários, em que os exemplos são tratados tanto em termos de pluralidade formal acidental como em termos de unicidade formal. Assim casos de ambigüidade tratados a partir da intencionalidade ou não do fato são analisados em termos de vagueza pela possibilidade de interpretações cruzadas.

FUCHS, em seu trabalho intitulado: "Le Vague et L'ambigu: Deux Frères Ennemis"¹, apresenta traços distintos para a ambigüidade e vagueza, dando a idéia de fenômenos distintos. Vejamos o quadro abaixo:

AMBIGÜIDADE

1. pode ser verdadeira ou falsa;
2. é acidental;
3. limitada a certas expressões;
4. não susceptível a graus;
5. totalmente resolvida por processos de desambigüização;
6. opõe-se ao unívoco;
7. concernente sobretudo a expressões lingüísticas;
8. significação sobre-determinada;
9. pluralidade dada à colisão de formas morfológicas ou sintáticas;
10. fenômeno lingüístico, sistemático, regular, marcado.

VAGUEZA

1. não é nem verdadeira nem falsa;

2. é essencial;
3. afeta todas as expressões;
4. susceptível a graus;
5. parcialmente resolvida por processos de precisão;
6. opõe-se à precisão;
7. concernente tanto a objetos e conceitos quanto a expressões lingüísticas;
8. significação sub-determinada;
9. falta de especificação reclamada pelo contexto e/ou situação;
10. fenômeno extra-lingüístico, discursivo, não-sistemático, não-regular, não-marcado.

Os traços definidos acima parecem suficientemente claros para casos extremos. No entanto, temos muitas hesitações e variações de tratamento desses fenômenos, pois são justamente os casos intermediários que geram toda a controvérsia entre os lingüistas. FUCHS propõe ainda que "o profundo parentesco entre a ambigüidade e a vagueza está em três propriedades fundamentais do funcionamento da significação lingüística":

- a) do ponto de vista da produção pelo emissor, que não será jamais totalmente explícito e preciso;
- b) do ponto de vista da interpretação pelo receptor que, ao fazer uma interpretação, fixa um grau de determinação, reconstruindo a significação de maneira mais "presa ou solta", fazendo surgir diferenças ou neutralizando-as;
- c) do ponto de vista da reformulação que, redizendo a significação, modifica o equilíbrio das determinações.

Daí, tiramos que produzir um enunciado é se referir a um certo estado de coisas através de uma série de operações interligadas (conceituação, produção, enunciação) e interpretá-lo é tentar

reconstruir este estado de coisas. Percebemos que a história de cada um também ajuda a desvendar esses sentidos do mundo, podendo um texto, dessa forma, ser claro para alguns e obscuro para outros.

HAROCHE (1992), outra estudiosa do assunto, mostra que tanto a conceituação de ambigüidade quanto à fronteira entre o vago e o ambíguo variam conforme a teoria. Cita as concepções jesuítas e jansenistas, mostrando que, para os jansenistas, existe na língua relativa indeterminação, já que a língua não desfaz todas as ambigüidades; isto é certo considerando principalmente ambigüidade como incompletude ou imprecisão. Para os jesuítas, essa indeterminação é sempre evitada e renegada.

HAROCHE propõe também que a "ambigüidade lingüística terminou por significar duas coisas completamente diferentes:

1. uma descrição lingüística que estabelece mais de uma estrutura lexical ou gramatical, para uma só e mesma frase;
2. uma frase, ainda que não seja descrita senão por uma só estrutura, pode, perfeitamente, de certa maneira, não ser suficientemente especificada para a comunicação." Ela ainda divide essa segunda acepção em dois tipos:

a) como um problema de articulação entre o lingüístico e o extralingüístico (caráter lingüístico preponderante); seria a falta de especificação, de complementação, sendo no entanto unívoca do ponto de vista sintático tendo apenas uma única estrutura; seria o que chamamos de ambigüidade referencial ou semântica, pois a interpretação seria derivável dos próprios dados extralingüísticos (contexto, situação, locutor e suas intenções). Seria a ambigüidade referencial dos enunciados incompletos freqüentemente não sistemática, ligada ao caráter necessariamente elíptico de todo enunciado, já que não é possível se dizer tudo e sempre é possível se acrescentar um elemento capaz de precisar, modificar, restringir. Esta ambigüidade dos enunciados incompletos, raramente sintática,

freqüentemente semântica, estaria ligada, em última análise, ao funcionamento da complementação.

b) como um problema pragmático, mais extralingüístico do que lingüístico.

Aristóteles já se esforçava em mostrar que todas as ambigüidades na linguagem não nasciam de uma ambigüidade inerente aos próprios elementos lingüísticos, distinguindo uma ambigüidade inerente à linguagem de uma outra forma de ambigüidade. O problema é saber onde traçar a fronteira entre uma ambigüidade inerente e uma não inerente.

A acepção colocada no item (1) é a única apresentada por DUBOIS (1993). Ele diz que ambigüidade é a propriedade de certas frases apresentarem vários sentidos, podendo ser do léxico ou da estrutura sintática da frase, sendo então susceptíveis de várias interpretações.

Como exemplo da ambigüidade lexical podemos citar:

Entre 1948, quando iniciou uma transportadora em **companhia** do pai (...), Olacyr viveu uma epopéia de quase meio século. (Veja, 04/12/96, p.63)

Companhia tanto pode significar junto com o pai como na empresa do pai, daí a ambigüidade, pois remete a mais de um significado.

E como exemplo de ambigüidade sintática temos:

A convivência só acabou depois que Olacyr e Edna **se** separaram. (Veja, 04/12/96, p.63)

Neste caso não se consegue definir se eles se separaram um do outro ou se separaram de seus cônjuges respectivamente.

Apesar deste tipo de ambigüidade também aparecer em textos

jornalísticos, ele é bem menos freqüente e pode ser facilmente desambigüizado pelo contexto em que a oração se insere. Assim neste trabalho enfocaremos mais a ambigüidade colocada no item 2), justamente aquela em que é mais difícil a sua delimitação. Para tentar delimitá-la, seguiremos o trabalho apresentado por KEMPSON (1980), no qual são apresentados testes para facilitar a identificação da vagueza e da ambigüidade.

Tomemos a seguinte colocação de uma das reportagens analisadas:

- (3) Raciocina-se no Planalto que Luís Eduardo terá o condão de desbloquear as reformas porque foi um **bom** presidente da Câmara, pertence a um partido coeso quando se trata de adular e ordenhar o governo, fala **bem** com deputados e é filho do presidente do Senado. (Veja, 11/06/97, p.28)

O adjetivo **bom** e o advérbio **bem**, empregados neste trecho, podem ter significados diversos. *Foi um bom presidente da Câmara* significaria que ele foi justo em suas colocações; ou que ele soube articular com os diferentes partidos; ou não trouxe problemas para o governo; ou para a oposição. Está claro que o significado de *bom* vai depender da posição de quem fala. Como é o Planalto que diz isto, provavelmente a terceira significação será a mais lógica. A mesma variação de sentidos ocorrerá na frase: *...fala bem com deputados*. Colocamos então o mesmo questionamento de KEMPSON: "diremos que o significado da palavra *bom* difere de acordo com a diferença na base da avaliação, ou diremos que a palavra *bom* corresponde a um único item lexical, cujo significado é comum a todas essas diferentes bases de avaliação?" Isto é um exemplo claro da dificuldade de conceituação de termos como vaguidade e ambigüidade.

KEMPSON, continuando a discussão acerca desta dificuldade, divide vaguidade em quatro tipos:

1. Vaguidade referencial: seria quando o significado do item lexical é claro, mas temos dificuldade de dizer se esse item pode ou não ser aplicado a determinados seres ou objetos. Exemplo disso seria a palavra *montanha*: sua definição é colocada em função da altura em metros? Não, então como dizer se temos uma *montanha* ou um *morro*? Ou o termo *grande metrópole*? Florianópolis poderia ser assim considerada? Essas palavras têm seus usos sempre relativizados.

2. Indeterminação do significado: seria quando o significado do item ou sintagma já parece indeterminado. Um exemplo deste caso seria o sintagma *Jornal do Brasil* na frase *Comprei o Jornal do Brasil*. Poderia significar que comprei um jornal de um cara chamado Brasil, ou a empresa Jornal do Brasil, ou um jornal qualquer do país Brasil, ou um jornal intitulado *Jornal do Brasil*. Assim: pouco se pode dizer de construções possessivas deste tipo. Para KEMPSON, o termo *bom* também se encaixaria neste tipo de vaguidade, por sua variação de significados, embora em alguns aspectos pareça homogêneo.

3. Falta de especificação no significado de um item: refere-se ao significado que, embora seja claro, é muito geral, tal como: *criança* e *adulto*, que não especificam mais do que talvez a idade, pois o sexo, a cor, a raça, nada disso é especificado nestas palavras. O mesmo acontecendo com os verbos *fazer* e *ir*.

Observemos os textos abaixo:

- (4) A II Guerra e seus horrores acabaram há 52 anos, mas seu fantasma assombra até hoje um grupo de países. Protegidos pelo véu da neutralidade, eles aproveitaram os anos sombrios do conflito para **fazer altos negócios**

com a Alemanha nazista. (...) Desde setembro, esses países vinham sendo bombardeados por documentos inéditos que dão detalhes de seu comércio com os nazistas. (Veja, 14/05/97, p. 40)

- (5) O caso é que, nos últimos anos, a indústria automobilística viveu uma verdadeira revolução no Brasil. Dobrou sua produção e passou a **fazer carros** com uma tecnologia até pouco tempo completamente desconhecida. (Veja, 14/05/97, p. 40)

Os termos *fazer altos negócios* em (4) e *fazer carros* em (5) são bastante gerais, mas o que significam precisamente? Fazer carros é somente montá-los ou construir também as suas peças? E o que seriam os altos negócios feitos com a Alemanha? Seriam transações financeiras ilícitas ou ajuda na fuga de criminosos nazistas através de pagamento com dinheiro roubado por esses nazistas? Ou seja, a natureza dessas ações não é especificada.

4. Disjunção na especificação do significado de um item: o significado de um item envolve a disjunção de diferentes interpretações. Vejamos o exemplo abaixo:

- (6) Pela lei brasileira, o aborto é proibido, salvo em **caso de estupro ou quando a mãe corre risco de vida**. . (Veja, 29/01/97, p.36)

Neste exemplo, **ou** contribui para a sentença como um todo, pois uma de suas duas partes é verdadeira, assim como as duas. É o caso de **ou** inclusivo. Então uma sentença da forma $P \vee Q$ (lê-se P ou Q) será verdadeira se, e somente se, P é verdadeira ou Q é verdadeira, ou P e Q são verdadeiras. Esses termos de condições-

de-verdade podem ser mostrados através de uma tabela-verdade:

P	Q	P v Q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Assim, em (6), temos três interpretações possíveis para a permissão do aborto no Brasil:

- a) houve estupro e a mãe corre risco de vida;
- b) houve estupro mas a mãe não corre risco de vida;
- c) não houve estupro mas a mãe corre risco de vida.

Para KEMPSON, a ambigüidade estaria presente nas sentenças com o operador lógico **ou** se houvesse a possibilidade de uma ou outra sentença ser verdadeira mas não ambas (caso de **ou** exclusivo) e como não é o que ocorre no caso da permissão do aborto, aí temos o quarto tipo de vaguidade.

Um exemplo de ambigüidade (**ou** exclusivo) seria o ditado: *João assobia ou chupa cana*. A ação de assobiar interdita a ação de chupar cana, ou uma ou a outra é verdadeira, e não há possibilidade das duas serem verdadeiras como ocorre acima no exemplo (6).

Dada ainda esta falta de clareza na distinção da vaguidade e da ambigüidade, KEMPSON apresenta outro teste que oferece uma base para esta distinção. O teste consiste na utilização de processos anafóricos que se referem a uma parte anterior da sentença como a expressão "fazer isso também". Essa expressão exige identidade de significado dos dois sintagmas verbais em questão. Assim, se um sintagma verbal tem dupla ambigüidade, e a expressão "fazer isso também" exige a identidade de significado, ela só pode ser também duplamente ambígua.

Exemplo:

(7) (Brasil está) com o pé no *chip*. (Veja, 12/03/97, p.50)

Se juntarmos ao exemplo (7) a expressão "e a França também", isto poderia significar que o país Brasil está cada vez mais utilizando-se de potentes microcomputadores e que a França também está. Ou que um homem de sobrenome Brasil trabalha com potentes microcomputadores e outro de sobrenome França também. Ou que esse homem de sobrenome Brasil está com os pés em cima de um *chip* de computador e um outro de sobrenome França também está. Mas jamais poderíamos dizer que um homem de sobrenome Brasil se utiliza de potentes microcomputadores e um homem de sobrenome França está com o seu pé sobre um *chip* de computador. Esta última interpretação estaria inviabilizada.

Assim, para que uma sentença seja ambígua, devem existir duas interpretações não-idênticas para a mesma sentença. Porém, o que é verdadeiro para o primeiro sintagma verbal da sentença tem de ser verdadeiro também para o segundo sintagma (fez também) em sua primeira interpretação e o mesmo para a segunda. Não há como se ter interpretações cruzadas, conforme veremos abaixo para a vaguidade.

Vejamos:

(8) Os nove acusados apanharam. (Veja, 18/12/96, p.95)

Se utilizarmos o mesmo processo anafórico, teremos:

Os nove acusados apanharam e Vânio também.

Aquí, podemos dizer que os nove acusados apanharam com toalhas molhadas e cacetetes e que Vânio apanhou de chicote, ou ainda que os nove acusados apanharam por merecimento e que Vânio apanhou inocentemente. No entanto esse cruzamento de

interpretações entre o primeiro sintagma e o segundo mostra apenas falta de especificação e não ambigüidade.

KEMPSON admite, porém, que esses testes não são muito seguros. São apenas tentativas de se distinguir a ambigüidade da vagueza, delimitando até que ponto do cinza consideraremos branco e a partir do qual consideraremos preto na região *fuzzy* da interpretação de sentidos. FUCHS, no entanto, assume que diversos autores (como KEMPSON) questionam esses famosos testes para a distinção entre ambigüidade e vagueza. Diz ainda que há autores que fazem descrições dando predominância a ambigüidade, como os gerativistas; enquanto outros falam predominantemente da vagueza, tentando salvar a unicidade formal e semântica.

MOURA (1996) mostra que colocar a questão do vago e do ambíguo em termos de condições de verdade pode ser problemático, já que, algumas vezes, poderemos ter uma sentença complexa não vaga (valor de verdade definido) formada de sentenças vagas (valor de verdade indefinido), o que fere o princípio da composicionalidade das condições de verdade.

FERREIRA (1994) cita que “não se pode pretender demarcar contornos rígidos entre os pares conceituais que se vai analisar, uma vez que os territórios se interpenetram, se confundem, se indistinguem muitas vezes”. Coloca ainda que essa situação não é confortável ao lingüista que tenta segmentar seu material em “categorias precisas e bem definidas”.

Na tentativa de delimitar as fronteiras da ambigüidade, FERREIRA trabalha com o par ambigüidade e duplo sentido. O duplo sentido seria caracterizado pela conjunção absoluta de duas significações, total, simultânea e não-redutível.

Isto pode ser visto em:

(9) A economia foi por **água abaixo**, o povo passa fome, mas ninguém acredita no colapso do regime. (Veja, 04/12/

96, p. 48)

Aqui *ir por água abaixo* significa literalmente que (A) a economia do país (Coréia do Norte) foi destruída pelas sucessivas inundações ocorridas nesse país e também no sentido metaforizado de (B) acabar-se. Assim, a conjunção de significados é total se opondo à parcial que rege a significação de compostos como meia-calça que supõe a conjunção de uma parte de A e uma parte de B. É simultânea porque não existe hierarquia interna ou ordenação dos significados, pode-se dizer A e B ou B e A. É não-redutível porque não há como transformar esse duplo em um, já que a disjunção de significados está excluída. Enunciados com duplo sentido costumam ser empregados com eficácia na propaganda publicitária e na imprensa em geral, principalmente em manchetes.

A ambigüidade se diferenciaria então do duplo sentido por necessitar da disjunção de sentidos, ou seja, apenas um dos sentidos ser válido.

3. CONCLUSÕES

A grande diferença entre a ambigüidade e a vaguidade é que o vago não é nem verdadeiro, nem falso (temos um buraco negro dos valores de verdade) e afeta o valor de verdade da sentença. Já o ambíguo pode ser simultaneamente verdadeiro ou falso em relação a um mesmo estado de coisas. Por essa razão, sempre se procura a desambiguação, seja pelo contexto, pela situação etc. O vago não necessariamente necessita de precisão. Como a ambigüidade é muito mais evitada do que a vaguidade, encontramos muitos termos vagos em textos jornalísticos. A maior parte deles nos parece proposital, haja vista a necessidade de comprovação de tudo aquilo que se afirma nestes textos. Como, através do vago, podemos chegar a diferentes

conclusões, justamente pela falta de precisão, a vaguidade se faz muito mais presente em textos jornalísticos.

A vaguidade é, no entanto, relativa. Quando leio uma sentença como a do exemplo (8), para mim é o suficiente, a falta de completude de detalhes de como foi a surra, se houve merecimento ou não, quem foi o autor da surra, e outros, não são de grande importância para mim. Porém, se isso fosse lido num tribunal para que os autores da surra fossem punidos, essa explicitude seria necessária e essencial para o caso. O grau de vagueza dessa frase aumentaria enormemente.

Tudo é uma questão de grau, já que muitos são os fatores envolvidos para desvendar os sentidos do mundo em suas diversas interpretações. Uma visão lingüística que integre essas diversas variáveis é o que perseguem os lingüistas e estudiosos do assunto. O certo é que a compreensão de qualquer enunciado pressupõe uma operação lógica de inferência pelo leitor, a partir de seu conhecimento de mundo, que o autor do texto pode apenas pressupor.

NOTAS

¹O Vago e o Ambíguo: dois irmãos inimigos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DUBOIS, J. et alii. *Dicionário de Lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- FERREIRA, M.C.L.. *A Resistência da Língua nos Limites da Sintaxe e do Discurso: da Ambigüidade ao Equívoco*. Campinas: Unicamp, Tese de Doutorado, 1994.
- FUCHS, C. Le vague et l'ambigu: deux frères ennemis. *Quaderni di Semantica*, n. 7(2), p. 234-245, 1986.
- GILLON, B. Ambiguity, generality and indeterminacy: tests and

- definitions. *Synthese*, n. 85, p.391-416.
- HAROCHE, C. *Fazer Dizer Querer Dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- KEMPSON, R.M. *Teoria Semântica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- LEECH, G. *Semantics - The Study of Meaning*. Penguin Books, 1981.
- MOURA, H. M.M. Sobre as definições de vagueza e ambigüidade. *Estudos Lingüísticos XXV*, Taubaté, São Paulo, 1996.
- SADOCK, J. M. The position of vagueness among insecurities of language. *Quaderni di Semantica*, n. 7(2), 1986.
- SCHWARTZ, D. M. A semântica geral e o trabalho do repórter. In: HAYAKAWA, S.I. *Uso e Mau Uso da Linguagem*. São Paulo: Pioneira, 1977.
- VOGT, C. *O Intervalo Semântico*. São Paulo: Ática, 1977.